



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ANO LECTIVO DE 2006-2007

CARGA HORÁRIA: 2T+1P 1º ANO (1º SEMESTRE) REGIME: SEMESTRAL

**DOCENTE: EQUIPARADO A PROFESSOR COORDENADOR,
HORÁCIO LOPES**

A - PROGRAMA

I - INTRODUÇÃO

CAP. I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 – Conceito de administração
- 2 – Administração pública e administração privada
- 3 – Os vários sentidos da expressão “administração pública
- 4 – A função administrativa no quadro das funções do Estado
- 5 – Formas jurídicas da actividade administrativa e instrumentos da sua análise
- 6 – Sistemas administrativos
- 7 – A administração pública e o direito. Ilegalidade e ilicitude
- 8 – O princípio da legalidade e a presunção de legalidade
- 9 – O controlo da administração pública. Autocontrolo e heterocontrolo.
- 10 – O direito administrativo. Características, fontes e tipos de normas. A codificação
- 11 – A ciência do direito administrativo e a ciência da administração
- 12 – O direito administrativo e os outros ramos de direito
- 13 – Direito administrativo geral e direitos administrativos especiais

CAP. II - O INTERESSE PÚBLICO E A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA – O PODER ADMINISTRATIVO

- 14 – O interesse público: definição e prossecução
- 15 – Interesse público, legalidade e mérito. O dever de boa administração
- 16 – Vinculação e discricionariedade
- 17 – Fundamentação e formalismo

- 18 – Poder de decisão unilateral e participação dos interessados na tomada da decisão
- 19 – Autotutela executiva: significado e implicações
- 20 – O interesse público e os interesses dos particulares
- 21 – O princípio da proporcionalidade
- 22 – Os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da boa fé
- 23 – O princípio da responsabilidade

II – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 24 – Conceito de organização
- 25 – Elementos da Administração Pública: as pessoas colectivas
- 26 – A administração estadual
- 27 – A administração autónoma
- 28 – As autarquias locais
- 29 – A administração autónoma não territorial
- 30 – Os órgãos
- 31 – Os serviços públicos
- 32 – Atribuições, competências e missões
- 33 – A competência em especial
- 34 – Relações interorgânicas e relações intersubjectivas
- 35 – Relações interorgânicas: a hierarquia administrativa
- 36 – A supervisão
- 37 – A delegação de poderes
- 38 – Relações intersubjectivas
- 39 – A tutela administrativa
- 40 – A superintendência
- 41 – Os princípios constitucionais sobre a organização administrativa

III – A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

CAP. I - O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 42 – Noção
- 43 – Espécies de procedimentos administrativos
- 44 – A codificação das regras do procedimento administrativo -O Código do Procedimento Administrativo”

CAP. II - A MARCHA DO PROCEDIMENTO COMUM DECISÓRIO DE 1º GRAU PARA A TOMADA DE UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA

- 45 – O arranque do procedimento
- 46 – A instrução
- 47 – A audiência dos interessados
- 48 – A decisão
- 49 – A omissão juridicamente relevante

CAP. III - A DECISÃO EXPRESSA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 50 – Conceito de acto administrativo
- 51 – Características do acto administrativo

- 52 – Natureza jurídica do acto administrativo
- 53 – Estrutura do acto administrativo
- 54 – Das formalidades em especial
- 55 – Tipologia dos actos administrativos primários
- 56 – Principais classificações dos actos administrativos
- 57 – O acto administrativo lesivo
- 58 – A execução do acto administrativo

CAP. IV - VALIDADE E EFICÁCIA DO ACTO ADMINISTRATIVO

- 59 – Noções gerais
- 60 – Requisitos de validade
- 61 – Requisitos de eficácia
- 62 – A invalidade do acto administrativo – causas
- 63 – Regimes de invalidade
- 64 – Âmbito de aplicação dos regimes de nulidade e de anulabilidade
- 65 – Correspondência entre as causas de invalidade e os respectivos regimes
- 66 – Sanação dos actos administrativos ilegais

CAP. V - OS ACTOS SECUNDÁRIOS –A EXTINÇÃO DO ACTO ADMINISTRATIVO–

- 67 - Tipologia dos actos administrativos secundários
- 68 – A revogação em especial

CAP. VI - O PROCEDIMENTO REGULAMENTAR

- 69 – Separação de poderes, poder normativo e poder regulamentar. Origem, natureza e fundamentos do poder regulamentar
- 70 – Conceito. O regulamento, a lei e o acto administrativo
- 71 – Espécies de regulamentos
- 72 – Limites do poder regulamentar
- 73 – Competência regulamentar e formas jurídicas dos regulamentos
- 74 – Modo de produção dos regulamentos
- 75 – Publicação e vigência dos regulamentos

CAP. VII - PROCEDIMENTO CONTRATUAL

- 76 – Contratos da Administração Pública e contratos administrativos
- 77 – A formação do contrato
- 78 – A execução do contrato
- 79 – Espécies de contratos administrativos
- 80 – A invalidade do contrato

CAP. VIII - A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 81 – Noção, origens, objectivos e modalidades
- 82 – A responsabilidade subjectiva
- 83 – A responsabilidade objectiva

III – AS GARANTIAS DOS PARTICULARES

CAP. I - AS GARANTIAS EM GERAL E AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS EM ESPECIAL

- 84 – Conceitos e tipos
- 85 – As garantias petições
- 86 – A queixa ao Provedor de Justiça em especial
- 87 – As garantias impugnações: a reclamação
- 88 – O recurso hierárquico
- 89 – O recurso hierárquico impróprio
- 90 – O recurso tutelar

CAP. II - AS GARANTIAS JURISDICIONAIS – A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

- 91 – Noção
- 92 – Origens e evolução
- 93 – Natureza da jurisdição administrativa
- 94 – Órgãos da jurisdição administrativa
- 95- Âmbito da jurisdição administrativa
- 96 – Competência dos tribunais administrativos
- 97 – Elementos do processo administrativo contencioso
- 98 – Os grandes princípios do processo administrativo contencioso
- 99 – Os meios processuais
- 100 – Valor da causa, formas do processo e alçadas
- 101 – Patrocínio judiciário

CAP. III - ACCÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL

- 102 – Fundamento e natureza
- 103 – Pedidos
- 104 – Impugnação de actos administrativos
- 105 – Condenação à prática de acto administrativo devido
- 106 – Impugnação de normas e declaração de ilegalidade por omissão
- 107 – Tramitação

CAP. IV - ACCÃO ADMINISTRATIVA COMUM

- 108 – Pedido
- 109 – Pressupostos processuais
- 110 – Tramitação

CAP. V - PROCESSOS URGENTES

- 111 – Noção e fundamentos
- 112 – Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias

113 – Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

114 – Impugnação de actos pré-contratuais

115 – Impugnação de actos administrativos em matéria eleitoral

CAP. VI - PROCESSOS CAUTELARES

116 – Antecedentes e razão de ser

117 – Objecto e natureza

118 – Pedido e causa de pedir

119 Pressupostos processuais

120 – Tramitação

121 – Decisão

122 – Carácter provisório da protecção cautelar

123 – Seriedade da protecção cautelar

CAP. VII - PROCESSO EXECUTIVO

124 – Noção e importância

125 – Aspectos gerais

126 – Princípios do processo executivo

127 – O dever de executar: sobre quem recai ?

128 – pressupostos processuais

CAP. VIII - RECURSOS

129 – Noções gerais

130 – Espécies

131 – Pressupostos processuais

132 – Efeitos dos recursos

133 – Tramitação e decisão

CAP. IX - ARBITRAGEM

134 – Noção

135 – Dificuldades da arbitragem em matéria administrativa

136 – Âmbito

B – REGIME DE AVALIAÇÃO

Para além do exame, e antes dele, realizar-se-ão duas frequências: a primeira, por alturas de meados do semestre (1º) e, a segunda, após o termo do referido semestre.

A dispensa de exame, com a consequente aprovação na disciplina, é facultada sempre que a média das classificações obtidas em ambas as frequências seja igual a, pelo menos, 10 valores.

Não havendo lugar à dispensa de exame, o aluno é sempre admitido à prestação do mesmo, o qual começará por revestir forma escrita e onde a classificação obtida:

- Quando inferior a 7 valores, implica reprovação;
- Quando compreendida entre 7 e 9 valores, implica a necessidade de prestação de prova de exame oral;
- Quando igual a, pelo menos, 10 valores, implica a dispensa de prestação da prova oral, com a consequente aprovação na disciplina.

No exame oral, a aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a 10 valores.

C – BIBLIOGRAFIA

JOÃO CAUPERS, “Introdução ao Direito Administrativo”, 8ª Ed., Âncora;

DIOGO FREITAS DO AMARAL, “Curso de Direito Administrativo”, Vols. I e II, Almedina;

MARCELO REBELO DE SOUSA, “Lições de Direito Administrativo”, Lisboa, 1994/1995;

MARCELO CAETANO, “Manual de Direito Administrativo”, Vols. I e II, 10ª e 9ª Eds., respectivamente;

MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, “Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1984;

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, “O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos”, Almedina, 2003;

JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, “Direito Administrativo e Fiscal”, Coimbra, 1996 (lições policopiadas);

AFONSO QUEIRÓ, “Lições de Direito Administrativo”, 2ª Ed., Coimbra, 1976;

ROGÉRIO SOARES, “Direito Administrativo”, Coimbra, 1978;

GUILHERME DA FONSECA, “Direito Administrativo” (sumários desenvolvidos, policopiados), Lisboa, 1993;

JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, "Noções de Direito Administrativo", Lisboa, 1982.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Manuel Sérvulo Correia". The signature is written in a cursive style with a large initial 'J' and 'S'.